



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS

**DIFERENTES USOS DOS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UM CONFLITO DE MÚLTIPLAS GRAMÁTICAS**

Lucas Jacinto de Lima Melo

Recife – PE

2021

Lucas Jacinto de Lima Melo

**DIFERENTES USOS DOS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
UM CONFLITO DE MÚLTIPLAS GRAMÁTICAS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Bacharelado em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Amorim Sibaldo

Recife – PE

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Melo, Lucas Jacinto de Lima.

Diferentes usos dos clíticos no português brasileiro: um conflito de
múltiplas gramáticas / Lucas Jacinto de Lima Melo. - Recife, 2021.

34

Orientador(a): Marcelo Amorim Sibaldo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Letras - Bacharelado, 2021.

1. Clíticos. 2. Múltiplas gramáticas. 3. Gramática do letrado brasileiro. 4.
Gramática Tradicional. I. Sibaldo, Marcelo Amorim. (Orientação). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

RESUMO

Este trabalho procurou reunir diversos estudos a respeito dos diferentes usos dos clíticos no Português Brasileiro, apontando para uma mudança no seu paradigma pronominal, ocorrida especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Tendo em vista essa alteração na gramática do PB, objetivou-se demonstrar que a Gramática Tradicional insiste em ensinar aos brasileiros regras de um português diferente, mais semelhante àquele anterior a essa mudança, como se fosse a mesma língua que falamos. Além disso, conforme Roeper (1999) e Kato (2017), esta pesquisa desejou demonstrar que essa segunda gramática, diferente da que foi adquirida naturalmente pelo indivíduo, parece estar armazenada na periferia marcada do brasileiro letrado, alternando com a sua gramática nuclear, a depender do contexto linguístico e social.

Palavras-chave: Clíticos. Múltiplas gramáticas. Gramática do letrado brasileiro. Gramática Tradicional.

ABSTRACT

This work sought to bring together several studies on the different uses of clitics in Brazilian Portuguese (BP), pointing to a change in its pronominal paradigm, which occurred especially from the second half of the 19th century onwards. In view of this change in BP grammar, the aim was to demonstrate that Traditional Grammar (TG) insists on teaching Brazilians a different Portuguese, more similar to the one before this change, as if it were the same language we speak. Furthermore, according to Roeper (1999) and Kato (2017), this research aimed to demonstrate that this second grammar, different from the one naturally acquired by the individual, seems to be stored in the marked periphery of the literate Brazilian, alternating with its core grammar, the depend on the linguistic and social context.

Palavras-chave: Clitics. Multiple Grammars. Grammar of Literate Brazilian. Traditional Grammar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Objetivos	8
1.2 Justificativa	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Gramática Tradicional	10
2.2 Gramática Universal	12
2.3 Língua-I e Língua-E	14
2.4 Múltiplas Gramáticas	14
2.5 Gramática do adulto letrado	15
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	17
4. MUDANÇA E INSISTÊNCIA	19
4.1 Colocação pronominal	20
4.2 Clíticos de 2ª pessoa	23
4.3 Clíticos de 3ª pessoa	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	32

1. INTRODUÇÃO

Não com pouca frequência, ouvem-se, em salas de aula ao redor de todo o Brasil, muitas queixas a respeito das tantas dificuldades enfrentadas por educandos durante o processo de aprendizagem de Língua Portuguesa. Entre as reclamações mais comuns, certamente, estão aquelas que fazem menção às diferenças entre o Português Brasileiro (PB) oral, nas suas diferentes variedades regionais e socioculturais, já dominado pelos estudantes, e o PB escrito-padrão, ao qual eles serão expostos durante o período de escolarização. Não é incomum um professor de Português ouvir de seus alunos afirmações como “*ninguém mais fala assim*” ou “*isso parece outra língua*”, bem como parece ser consenso entre a maioria dos brasileiros a alegação de que a disciplina denominada “Língua Portuguesa” figura sempre entre as mais complicadas — senão a mais difícil — do período escolar.

Tais queixas não são, entretanto, infundadas, tendo em vista o desempenho que parte considerável dos brasileiros vem apresentando nas pesquisas de índices de alfabetismo no país. A última pesquisa do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF, 2018), por exemplo, considera que 71% da população brasileira pode ser considerada funcionalmente alfabetizada, um número aparentemente positivo. No entanto, é necessário que se atente para o fato de que quase metade desse percentual é constituído apenas pelo nível mais baixo de alfabetização funcional. O domínio dos funcionalmente alfabetizados, para o Inaf, é dividido em três níveis: elementar, intermediário e proficiente, sendo 34% dos participantes da pesquisa considerados no nível elementar, o mais baixo desse domínio — além de apresentar o maior percentual dentre todos os níveis —, que é composto por indivíduos que somente conseguem extrair unidades de informação de textos simples. Enquanto isso, em contraste, apenas 12% dos participantes foram considerados proficientes, ou seja, capazes de elaborar e compreender textos linguisticamente mais complexos.

Outro ponto importante a ser observado é que, apesar de o percentual do nível elementar ter crescido — ainda que não vertiginosamente, é verdade — nas últimas duas décadas, a quantidade de indivíduos proficientes permanece praticamente a mesma, variando entre 8% e 13% dos participantes desde 2001-2002, quando foi realizada a primeira edição do Inaf. Compreendemos, dessa maneira, que 71% de funcionalmente alfabetizados não é um

número tão expressivo quanto parece, especialmente se considerarmos que três a cada dez brasileiros ainda são analfabetos funcionais, isto é, fazem uso bastante limitado da escrita e leitura, extraindo somente informações explícitas de textos que tratam de assuntos habituais do dia a dia.

Diante desse cenário, surge uma questão pertinente: como indivíduos saudáveis poderiam apresentar tamanhas dificuldades para dominar a sua língua nativa? As indagações dos alunos a respeito das diferenças entre as variedades vernaculares do PB oral, as quais já foram adquiridas naturalmente por eles, e o PB escrito-padrão tornam-se, então, no mínimo, dignas de atenção. Essas variedades do português falado e escrito no Brasil apresentariam uma só e a mesma gramática, um mesmo conjunto de regras correspondentes à mesma língua? O português já dominado pelos estudantes e o apresentado a eles na escola são o mesmo? A variedade a que são expostos durante o período escolar é somente a forma correta de usar a sua língua? A partir desses e de outros questionamentos acerca das dessemelhanças entre a escrita culta e os vernáculos falados no PB, esta pesquisa assume a hipótese de que tais modalidades apresentam regras diversas, incompatíveis e excludentes entre si, constituindo-se, assim, gramáticas distintas com o *status* cognitivo de línguas diferentes, à luz da teoria do Bilinguismo Universal e das Múltiplas Gramáticas, propostas por Roeper (1999). Além disso, adotamos, ainda, o que foi proposto por Kato (2011), que afirma que a aprendizagem da escrita culta no PB corresponde à aquisição de uma segunda língua, ou L2, consideradas as diferenças entre essa variedade e aquela adquirida naturalmente pelos indivíduos e como alternam entre elas a depender da situação sócio-pragmática em que estão inseridos.

Portanto, tomando por base essas hipóteses, esta pesquisa pretende revisar alguns estudos que analisam os clíticos anafóricos de 2^a e 3^a pessoas e os seus diferentes usos, na escrita e na oralidade, por parte de estudantes em processo de aprendizagem da escrita culta do português no Brasil e de adultos brasileiros letrados, tendo como finalidade a reafirmação de que essas modalidades do PB apresentam características tão distintas que podem ser consideradas línguas diferentes. Por fim, este trabalho ainda propõe — embora não objetive provar este ponto — que a não explicitação dessas diferenças no âmbito escolar, decorrentes normalmente da consideração de que a escrita é apenas a maneira correta de fazer uso da língua, seja prejudicial ao processo de aprendizagem do indivíduo, ao passo que, por outro

lado, o reconhecimento dessa realidade linguística deva contribuir para o desenvolvimento do saber científico, bem como para práticas pedagógicas no âmbito de ensino formal de Língua Portuguesa.

1.1 Objetivos

Com a finalidade de contribuir para a literatura especializada (ROEPER, 1999; KATO, 2005; PIRES, 2015; KENEDY, 2016; SOUZA, 2019; entre outros) este trabalho pretende realizar uma revisão de pesquisas que buscaram descrever e analisar os diferentes usos dos clíticos de 2ª e 3ª pessoas por falantes nativos de PB letrados e em processo de aprendizagem da escrita culta-padrão, colaborando com a hipótese de que as diferenças entre essa variedade e o vernáculo brasileiro são tamanhas que elas desempenham, na mente do indivíduo, *status* de línguas diferentes, conforme Roeper (1999) preconiza na sua teoria das Múltiplas Gramáticas e do Bilinguismo Teórico.

Tenciona-se, ainda, colaborar com a hipótese de Kato (2017), que, nesse mesmo sentido, sugere que a Língua-I do adulto brasileiro letrado mantém alternância entre a sua gramática nuclear e a gramática aprendida na escola, e que, por serem diferentes, não podem ser ensinadas como a mesma língua, lançando mão, para isso, de algumas constatações contidas nas pesquisas aqui revisadas, que apontam para a confirmação dessa teoria. Dentre elas, serve como exemplo o fato de os indivíduos "desobedecerem" a algumas regras que constituem a gramática da escrita padrão (G2) em favorecimento das regras da sua gramática nuclear, adquirida naturalmente (PB oral, G1), como a posição sintática da maioria dos clíticos ou a baixa ocorrência dos de 3ª pessoa como consequência da predileção pelo objeto nulo, pronome lexical ou sintagma nominal, por exemplo (cf. KATO, 2005; KATO, 2013; PIRES, 2015).

Por fim, espera-se que o todo dos estudos aqui reunidos também possa, de alguma maneira, ser um incentivo a mais reflexões acerca do ensino de Língua Portuguesa nas salas de aula brasileiras, ponderações que desemboquem em práticas pedagógicas conformadas à realidade linguística brasileira atual.

1.2 Justificativa

Já faz parte do senso comum o entendimento de que a escrita transformou o mundo. Desde o seu surgimento, as sociedades nunca mais foram as mesmas. Um dos grandes benefícios que o advento da escrita trouxe para a humanidade foi, sem dúvida, a capacidade de preservar o conhecimento por longo tempo, de modo que muitos pensamentos, argumentos, reflexões, pareceres, imprescindíveis e atemporais, escritos há centenas, ou até milhares de anos, ainda hoje são transmitidos e transformados em objetos de estudos e reflexões por esse fenômeno modificador da realidade. Tal é a sua importância para a humanidade que, há bastante tempo, especialmente após o surgimento da *internet*, quase toda a nossa existência é permeada por ela. Desde as ações mais simples do cotidiano, como acessar as redes sociais e trocar mensagens, até aquelas mais complexas, como ler um livro ou os enunciados de uma prova, tudo envolve leitura e escrita.

É nesse cenário que a escola surge como promotora formal do letramento/literacia, que é assumido, nesta pesquisa, como “a capacidade específica de criar representações linguísticas a partir de textos escritos de modo a desencadear outras representações cognitivas [...] que orientam o comportamento do indivíduo no mundo físico e social” (KENEDY, 2018). No entanto, o que pode ser observado é um verdadeiro fracasso da escola brasileira (entenda-se ensino formal em todos os seus desdobramentos) ante a empreitada de tornar o indivíduo apto a participar ativamente das diversas necessidades impostas pela vida em uma sociedade amplamente permeada pela escrita. Vários instrumentos, nacionais e internacionais, de aferição de letramento têm demonstrado essa infeliz realidade, constatando que, a despeito da redução drástica do analfabetismo pleno no país ao longo dos últimos dois séculos, a quantidade de brasileiros letrados permanece irrisória (cf. KENEDY, 2018).

Diante de situações complexas assim é que pesquisas como esta fazem-se necessárias, uma vez que põem em foco problemas reais da sociedade enquanto buscam maneiras de resolvê-los. Dessa maneira, este trabalho é justificado na medida em que traz à reflexão um assunto de imensa importância para a sociedade e a incentiva à busca por melhorias educacionais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gramática Tradicional

Durante muitos séculos, a palavra “gramática” foi sinônimo de um conjunto de regras prescritas para o “bom uso” ou o “uso correto” da língua. Esse tipo de concepção reguladora posto sobre as línguas surgiu, ao que tudo indica, ainda na Grécia dos filósofos, quando de fato os estudos das línguas tiveram sua gênese, e persistiu por várias eras. A essa época, os estudiosos do grego ensinavam que a maneira correta de fazer uso da sua língua era à semelhança do que faziam os grandes escritores dos mitos, sendo Homero, sem dúvida, a maior referência dentre eles.

Por tratar dos assuntos mais importantes para os gregos, como a criação de todas as coisas e pessoas e as narrativas relacionadas aos deuses, sendo os mitos considerados a maneira principal pela qual o homem podia ter acesso à divindade, a língua grega usada na composição dessas narrativas recebeu, então, uma aura divina, tornando-se o modelo a ser seguido por todos que fizessem uso da língua, o que já é, por si só, um problema para os estudos linguísticos, se considerado o caráter heterogêneo das línguas, tanto diacrônica quanto sincronicamente.

Dada a ascensão de Alexandre, o Grande, rei do grande Império Macedônico, a cultura grega, pela qual era aficcionado, passou a ser difundida entre os povos por ele conquistados, juntamente com a ideia de que o grego de Homero era a língua correta — e bela, além de divina. A partir de então, à medida que os povos eram dominados por Alexandre Magno, também eram influenciados por essa maneira de tratar a língua, ideia que persistiu mesmo muito tempo depois da morte precoce do rei da Macedônia e atingiu diversas culturas posteriores, como é o caso do povo romano.

Por muitos séculos, Roma exerceu domínio sobre diversos povos, tornando-se um dos maiores impérios em extensão e duração da história, usando, para isso, de subterfúgios diversos. Além de ceder à religião cristã, por exemplo, visto que não conseguia extingui-la, com o intuito de se fortalecer, o Império Romano ano passou a exaltar a própria cultura, o que também inclui a sua língua, de maneira semelhante ao que fez o rei da Macedônia com a cultura helenística. O latim passou, então, a ser referido como a língua modelo, a referência de

língua correta, "a língua dos deuses", e para uma língua também ser "correta", precisava seguir as mesmas regras que a de Roma. No entanto, vale ressaltar que a influência helenística foi tamanha que o próprio latim era analisado também com base na estrutura grega.

Nem mesmo com o surgimento dos vernáculos — as línguas nacionais derivadas do latim, como o português, o castelhano e o italiano, por exemplo —, a prescrição deixou de manter-se inabalável. Ainda que essas línguas, que surgiram naturalmente no meio dos territórios românicos após o enfraquecimento do Império Romano, apresentassem consideráveis diferenças gramaticais entre si e em relação ao latim — que já era preservado à força, uma vez que só era falado liturgicamente —, foi muito comum a elaboração de manuais prescritivos baseados no grego e no latim que indicavam como os falantes dessas línguas deveriam fazer uso delas para "falar bem".

Essas "gramáticas", como ficaram conhecidos esses manuais reguladores das línguas, permaneceram ocupando o centro dos estudos das línguas até quando das invasões dos colonizadores. Na ocupação principalmente da América e da África, fazendo dos nativos escravos e apossando-se dos seus bens, propuseram-se a catalogar as línguas nativas, aplicando a elas o mesmo modelo prescritivo greco-romano. Eram diversas línguas com suas próprias regras gramaticais, de povos diferentes e regiões distantes entre si, descritas com base em um mesmo molde, reguladas com base, primeiro, no grego, e também no latim.

Ainda hoje, seguindo uma longa tradição dos gregos e romanos de estudos das línguas, as pessoas que se debruçam sobre essa área partem de descrições de textos, preferencialmente escritos, de determinada língua, "o que conduz a uma visão/descrição que não corresponde às formas do vernáculo" (PIRES, 2015). Sendo assim, pode-se dizer que tais descrições não visam ao desenvolvimento do conhecimento linguístico ou científico em geral, mas se prestam a estabelecer o modelo a ser seguido para o "bem falar" e "bem escrever", baseado em uma cartilha de séculos de existência. A essa corrente de estudos gramaticais denomina-se Gramática Tradicional (GT).

Fenômeno a ser analisado neste trabalho, os pronomes pessoais são definidos pela GT como aqueles que designam as pessoas do discurso: quem fala (1ª pessoa), com quem se fala (2ª pessoa) e de quem se fala (3ª pessoa), variando em gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural). Além disso, ainda segundo a GT, essas categorias podem ser

classificadas de acordo com a função sintática que exercem e sua acentuação ou tonicidade. Quanto à função sintática, são divididos em *pronomes pessoais do caso reto*, quando desempenham papel de sujeito ou predicativo do sujeito (*eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas*), e *pronomes pessoais do caso oblíquo*, quando funcionam como complemento nominal ou complemento verbal, podendo ser objeto direto ou indireto. Quanto à tonicidade, por sua vez, os pronomes oblíquos podem ser divididos em *átonos* (*me, te, o(s), a(s), se, lhe(s), nos, vos*) e *tônicos* (*mim, comigo, ti, contigo, ele(s), ela(s), si, nós, conosco, vós, convosco*).

Dito isso, esta pesquisa objetiva lançar mão do que preconizam alguns estudos produzidos acerca do que a GT denomina *pronomes pessoais do caso oblíquo*, ou seja, o pronome pessoal como complemento em um enunciado — reconhecendo a possibilidade do uso de *pronomes pessoais do caso reto* como complementos em enunciados como "Eu amo você", construção bastante comum na fala e escrita de algumas regiões brasileiras —, apontando para as regras estabelecidas por essa gramática prescritiva quanto ao uso de tais estruturas e refletindo sobre as suas diferenças em relação às regras que constam na gramática nuclear do indivíduo brasileiro falante de português.

Uma regra importante para a elucidação da análise das diferenças entre as gramáticas em questão é, por exemplo, a da colocação pronominal, que é a posição que os pronomes oblíquos átonos ocupam na frase em relação ao verbo. Segundo a GT (cf. CUNHA & CINTRA, 2008), a posição regular do pronome átono objeto do verbo é a ênclise. Porém, autoras como Kato (2017) e Pires (2015), por sua vez, apontam para uma predileção do PB pela colocação pronominal proclítica, o que procuramos indicar neste trabalho como indício de que as gramáticas supramencionadas não correspondem à mesma língua, tampouco uma é a maneira correta de fazer uso do PB ao passo que a outra não o é.

2.2 Gramática Universal

Procurando compreender como se dá o conhecimento linguístico dos seres humanos, Chomsky, em sua Teoria Gerativa, conclui que todas as línguas naturais teriam propriedades em comum por partirem de um mesmo estágio inicial, pré-linguístico, denominado Gramática Universal (GU). Segundo essa teoria de Chomsky, todo ser humano saudável apresentaria a capacidade inata, biológica, de adquirir uma ou mais línguas. Essa disposição à aptidão

linguística, responsável pela faculdade da linguagem (cf. SOUZA, 2019), um atributo da mente humana — e, portanto, geneticamente compartilhado —, que é a GU, seria o estágio de onde parte a aquisição linguística dos indivíduos saudáveis, mas não o conhecimento específico de determinada língua. Em outras palavras, a GU é a garantia de que um ser humano saudável pode adquirir uma ou mais línguas naturalmente, mas não tem relação direta com quaisquer que sejam as línguas adquiridas por ele. Dessa maneira, é possível dizer que um indivíduo em condições naturais pode adquirir qualquer língua, a depender das circunstâncias externas a que for exposto.

A GU é, portanto, um sistema constituído de Princípios, “as propriedades gramaticais que são válidas para todas as línguas naturais” e de Parâmetros, que seriam “as possibilidades (limitadas sempre de maneira binária) de variação entre as línguas” (KENEDY, 2011) e também no interior de uma língua específica, o que permitiria as variações intralinguísticas, como as diferenças regionais, por exemplo. Enquanto os Princípios seriam universais e invariáveis, os Parâmetros, por sua vez, seriam fixados pelas pessoas em decorrência da experiência: ao ser exposto a situações reais de uso da língua, o indivíduo atribui valor às possibilidades distribuídas pela GU.

Um exemplo muito recorrente de princípio na literatura especializada é o Princípio de Sujeitos, que determinaria que toda língua natural deve formular as suas frases pela articulação de sujeitos e predicados. De maneira diversa, o Parâmetro do Sujeito Nulo, ou Parâmetro *Pro-drop*, o qual, conforme Pires (2015), uma vez fixado, “permite o aparecimento de uma categoria vazia na posição sujeito” e “a omissão do pronome lexical”, ocorreria com maior frequência em línguas que contêm flexão para todas as pessoas e números. Assim, a criança imersa em uma comunidade de falantes de língua com ocorrência de sujeito nulo, por exemplo, a partir dos *inputs* recebidos, fixaria o valor [+*pro-drop*] em detrimento de [-*pro-drop*], duas opções igualmente permitidas pela GU.

Todo esse processo de assentamento de parâmetros ocorre de maneira natural no tempo próprio para a aquisição da linguagem e tem o seu ápice na formação da gramática nuclear do indivíduo, que constitui a sua Língua-I. Por outro lado, como veremos mais adiante, existe, ainda, uma maneira de o indivíduo adquirir uma nova gramática, que não a

que já foi "construída" na sua mente naturalmente. Nesse caso, temos uma aquisição via instrução.

2.3 Língua-I e Língua-E

Ainda segundo Chomsky (1981, 1986, 1995), partindo da GU, como dissemos acima, o ser humano segue em desenvolvimento linguístico, fixando os valores dos parâmetros por meio da experiência. Porém, quando esse processo é finalmente dado por satisfatório, isto é, quando os valores dos parâmetros são fixados pelo indivíduo, “temos uma gramática nuclear, um estado mental final” (PIRES, 2015), um conjunto de regras gramaticais que compõem o conhecimento que cada pessoa tem a respeito de determinada língua.

É esse "estado mental final", o ápice do assentamento paramétrico, que constitui a Língua-I de um ser humano. Mas o que seria a Língua-I? Partindo da definição de língua de Chomsky (1986), existem pelo menos duas maneiras de classificar uma língua: a primeira é categorizando-a a partir do seu exterior e diz respeito à língua em uso: é o código linguístico de uma dada comunidade de falantes, a língua ambiente, externa (Língua-E) — à qual o falante é exposto e com base na qual fixa o valor dos parâmetros. Já a segunda maneira diz respeito ao conhecimento do indivíduo acerca de determinada língua, que é a sua língua interna (Língua-I).

A Língua-I de um falante é constituída de uma gramática nuclear (GN) — contendo os princípios universais, os parâmetros fixados e os itens lexicais — e uma periferia marcada, que apresenta “as idiossincrasias relativas às exceções linguísticas como, por exemplo, regras específicas e itens lexicais raros, entre outras” (SOUZA, 2019). É justamente na periferia marcada da GN que constitui a Língua-I do indivíduo que são armazenadas as minigramática aprendidas, como veremos a seguir. Assim, a Língua-I é concebida como “o estágio adulto do conhecimento linguístico” (PIRES (2015).

2.4 Múltiplas Gramáticas

Proposta por Roeper (1999), a teoria das Múltiplas Gramáticas alega que todo falante de uma língua natural é, em alguma medida, bilíngue. Isso porque toda língua permitiria a

existência de subconjuntos de regras gramaticais incompatíveis e excludentes entre si. Nesse caso, opções opostas de um mesmo parâmetro seriam selecionadas quando a escolha por uma possibilidade deveria resultar na exclusão da outra. Como, de acordo com o teórico, uma gramática consistente não permite a existência de regras contraditórias, isso pressupõe a coexistência, na mente do falante, de múltiplas gramáticas.

Assim, conforme essa mesma hipótese, “os *inputs* recebidos não necessariamente acarretam na alteração ou substituição das regras na gramática do indivíduo (Gx)” (SOUZA, 2019), mas seriam organizados na forma de "minigramáticas" paralelas que poderiam ser utilizadas a qualquer momento, dependendo da necessidade discursiva ou de produtividade da interação.

Portanto, é possível que um indivíduo brasileiro falante de português, com a sua gramática nuclear completamente desenvolvida, ou seja, tendo já selecionado os parâmetros relativos à Língua-E da sua comunidade linguística pelo acesso à GU, ao receber *inputs* de uma nova gramática, como é a GT, ensinada pela escola, armazene as regras concernentes a essa outra gramática na periferia marcada da sua gramática nuclear, alternando entre as duas, dependendo do contexto linguístico e/ou social no qual está inserido, como situações de mais ou menos formalidade, por exemplo.

Por fim, essas "minigramáticas", coexistentes na mente do falante dito monolíngue e "alojadas" na periferia marcada da sua Língua-I, seriam tão diferentes entre si que poderiam apresentar regras correspondentes a outras línguas (Ln), concedendo plausibilidade à hipótese denominada por Roesper (1999) Bilinguismo Universal.

2.5 Gramática do adulto letrado

Como já vimos, todo falante tem a possibilidade de ser, em algum nível, bilíngue, carregando na periferia marcada da sua Língua-I as regras de outra(s) gramática(s). É mais ou menos nesse sentido que Kato (2017) preconiza a sua teoria acerca da gramática do adulto letrado brasileiro. Segundo ela, analisando a Língua-E de um universitário, foi possível conjecturar a respeito da Língua-I do brasileiro letrado, a qual alterna entre a sua gramática

nuclear e a gramática aprendida por escolarização, dependendo do contexto no qual está inserido.

Dessa maneira, o letrado brasileiro, quando fala, segue usando a sua gramática nuclear, adquirida naturalmente, e por isso mesmo, automática, inconsciente. Já ao escrever, ele "aciona" a gramática adquirida na escola, via instrução, a qual representa uma modalidade "estilística" e faz parte de um discurso monitorado, normalmente produzido em circunstâncias de maior formalidade, como, via de regra, é a escrita em comparação à oralidade.

Desse modo, tomamos por base os pressupostos de Roeper (1999), aliados aos de Kato (2017), derivados, em algum grau, de Chomsky (1981, 1986, 1995), para avaliar as diferenças entre os usos dos pronomes clíticos no PB e na GT, ensinada em várias salas de aula ao redor Brasil como a maneira certa de fazer uso da língua portuguesa.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este é um trabalho de revisão literária acerca dos diferentes usos dos clíticos no Português Brasileiro, escopo que demonstrou muitas e importantes mudanças com o decorrer do tempo. Portanto, serão utilizados recortes de diversos estudos a respeito desse tema, utilizando os dados dispostos neles com o desejo de alcançar os fins planejados para esta pesquisa, a saber: demonstrar que o PB e a gramática ensinada pela escola consistem em sistemas gramaticais diferentes e, por isso mesmo, não deveriam ser ensinadas como a mesma língua, tampouco a segunda como a melhor versão da primeira.

Foram escolhidos, portanto, trabalhos de diversos autores, de diferentes épocas e áreas do estudo linguístico, mas que tratam do mesmo assunto, com a intenção de fazê-los dialogar acerca do tema em questão. Assim, os estudos que foram escolhidos para compor esta pesquisa bibliográfica, por assim dizer, datam do início da década de 1990 até a década de 2010, sendo o mais recente escolhido um trabalho de Kato (2017). Dessa maneira, serão reunidos conhecimentos acumulados sobre o tema por mais de trinta anos de pesquisas produzidas por diferentes linguistas ao redor do Brasil.

Apesar de ter ciência da diversidade animadora de trabalhos produzidos sobre o tema proposto como central para este trabalho, não seria possível — pela óbvia questão organizacional — reuni-los todos em uma só revisão. Por isso, os estudos que compõem esta pesquisa foram escolhidos a partir alguns critérios básicos: (i) todos precisariam tratar do mesmo assunto, o critério mais básico, para que pudessem ser relacionados em diálogo entre si; (ii) todos deveriam apresentar dados próprios ou retirados de outro(s) trabalho(s) e informações relevantes concernentes aos usos dos clíticos no Brasil; por fim, (iii) todos necessitariam, em alguma medida, revelar como a gramática aprendida pelo estudante na escola difere da que foi adquirida naturalmente por ele no período de aquisição da linguagem.

Assim, superando esses critérios, seguimos a uma segunda triagem com base em novos critérios estabelecidos para que se alcançassem com satisfação os objetivos desta pesquisa. Nesse novo processo de seleção, os trabalhos a serem escolhidos precisariam se encaixar em um dos três critérios elencados a seguir, que constituem também a espinha dorsal desta obra: (i) tratar do fenômeno da colocação pronominal, indicando a mudança por que

passou, nesse âmbito, o PB a partir principalmente de meados do século XIX; (ii) discorrer a respeito dos clíticos que fazem referência à 2ª pessoa e como e quais alterações sofreu o PB após a entrada das formas pronominais de tratamento, especialmente *você*; e, de maneira semelhante ao segundo critério, (iii) comentar acerca dos clíticos relacionados à 3ª pessoa no PB e das mudanças sofridas por esse paradigma nos últimos séculos.

Por último, tendo obedecido a esses critérios, foram escolhidos estudos que trouxessem tanto uma abordagem diacrônica quanto sincrônica do fato linguístico examinado. Sendo assim, as pesquisas escolhidas para compor este trabalho variam entre demonstrações históricas da mudança por que passou o quadro pronominal do PB, a partir essencialmente do século XIX, e dados reveladores dos resultados dessa alteração gramatical hoje em dia, afastando o PB do português ensinado pela escola, muito mais parecido com aquele que foi realidade em meados do século XVIII.

Espera-se, com a reunião dessas pesquisas, (i) constatar que a gramática do PB mudou, distanciando-se da clássica, anterior à alteração no seu paradigma pronominal, (ii) argumentar que a GT persiste em ensinar a gramática do século XVIII nas salas de aula brasileiras, (iii) sugerir que, por serem gramáticas diferentes, o PB e o português da GT não deveriam ser ensinados como correspondentes, podendo ser esse um dos fatores que dificultam o aprendizado dessa última variante pelos estudantes brasileiros.

4. MUDANÇA E INSISTÊNCIA

Como todo organismo vivo, as línguas naturais também são dinâmicas, mudam, sofrem alterações motivadas pelo passar do tempo aliado a outros diversos fatores. Com o português brasileiro, portanto, não poderia ser diferente. Partindo-se, por exemplo, de uma pesquisa diacrônica básica de textos produzidos ao longo de um século neste país, é fácil perceber as diferenças entre o que se convencionou chamar Português Clássico (PCL) e a língua que hoje é falada majoritariamente no Brasil, o PB. Dentre as mudanças mais salientes sofridas pelo PB — e talvez por isso uma das mais investigadas pelos estudiosos de Letras no Brasil —, está a alteração no seu sistema pronominal, que aparenta ter influenciado também a mudança no uso dos clíticos pelos falantes dessa língua.

Em meados do século XIX, houve a consolidação das expressões pronominais *você* e *a gente* em oposição aos pronomes tu e nós. Essa alteração no quadro pronominal do português brasileiro ocasionou o que Duarte (1995) define como uma “simplificação do paradigma flexional”, também chamado por Kato e Duarte (2014) de “enfraquecimento do sistema flexional verbal”. As autoras afirmam que a inserção dessas duas expressões no paradigma pronominal do PB reduziu as desinências verbais para três ou quatro, visto que os verbos que concordam com *a gente* e *você* são flexionados com a mesma desinência que aqueles que concordam com a terceira pessoa do singular. A flexão do verbo *amar*, por exemplo, passa de uma desinência por pronome para três ou quatro desinências ao todo, de: amo, amas, ama, amamos, amais, amam; para: amo, ama, ama, amamos, ama(m), ama(m).

No que diz respeito aos usos dos clíticos, essa alteração no quadro pronominal do PB ocasionou, segundo Monteiro (1994) e Araújo Ramos (1999), um movimento migratório do dativo (objeto indireto) *lhe*, originalmente de 3ª pessoa, para a 2ª pessoa, podendo aparecer como dativo tanto quanto como acusativo (objeto direto), principalmente em algumas regiões do nordeste. Ainda a respeito dessa mudança paradigmática, Cyrino (1985) alega que a despeito da permanência do dativo de 3ª pessoa no PB, o clítico *lhe* quase não aparece mais desempenhando essa função, tendo o seu uso alterado.

No entanto, mesmo diante da magnitude de tais mudanças gramaticais no PB, a escola insiste em ensinar aos alunos as mesmas regras de uma gramática diferente, de um português

diferente, de uma época distante, com a pretensão de ser a mesma língua que falamos hoje. Por isso, este trabalho é produzido no intento de incentivar a escola, a partir de uma recapitulação de estudos realizados sobre os clíticos de 2ª e 3ª pessoas que demonstram a distância entre o PB de hoje e o português ensinado pela GT, a tratar essas gramáticas como de línguas distintas, deixando de considerar uma a maneira correta da outra.

No que tange às dessemelhanças nos usos dos clíticos entre o PB e português da GT, muitos estudos nos servem de base, os quais serão revistos abaixo. Em busca de alcançar o objetivo, já descrito, deste trabalho, decidimos revisar os estudos escolhidos para esse fim mediante três pilares, um para cada subtópico, que representam bem as diferenças entre as gramáticas supramencionadas, os quais são: colocação pronominal, clíticos de 2ª pessoa e clíticos de 3ª pessoa. Os estudos que a seguir, portanto, são os que se debruçam sobre esses assuntos.

4.1 Colocação pronominal

Talvez o primeiro fenômeno linguístico observado no tocante à mudança do paradigma pronominal brasileiro e um dos mais investigados quando o objetivo é constatar as diferenças entre o PB e o PE, a mudança na colocação pronominal é, sem dúvida, um dos assuntos mais abordados nas pesquisas linguísticas contemporâneas.

Essa propriedade sintática das línguas naturais, tradicionalmente conhecida como colocação pronominal, diz respeito à posição ocupada pelo pronome clítico com relação ao verbo. Historicamente, como apontam os autores que serão citados nesta seção, o português sempre apresentou preferência pela colocação dos clíticos na posição enclítica, isto é, o clítico ocorrendo após o verbo. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, uma mudança nesse âmbito já pôde ser percebida por alguns estudiosos da área. Cyrino (1990), por exemplo, nota um aumento na recorrência do emprego de clíticos na posição pré-verbal, indicando uma tendência à preferência pelo uso proclítico em frases com verbos no imperativo afirmativo.

Ao longo dos anos, essa tendência acabou por ganhar força na gramática do português falado no Brasil, o que levou a uma generalização da próclise no PB. Cyrino, em seu estudo supracitado, constata que a ocorrência de clíticos na posição pós-verbal (ênclise) em relação a

verbos no imperativo afirmativo, retirados de peças de teatro, apresentou uma queda vertiginosa de 100% para 0%, do começo do século XVIII para a segunda metade do século XX, cedendo espaço ao uso proclítico. Dados para a comprovação dessa substituição ainda podem ser encontrados na mesma pesquisa, em que a autora observa um crescimento de próclise ao verbo principal de 0% no início do século XVIII para 100% na segunda metade do século XX.

Ademais, Cyrino (1993) ainda aponta essa mudança também nos casos em que o verbo está no infinitivo impessoal e no gerúndio, partindo, em ambos os casos, de um total de 100% de ocorrência de ênclise nos dados observados da primeira metade do século XVIII para 0% na segunda metade do século XX. A preferência pela posição pré-verbal dos clíticos, ainda segundo a autora, permaneceria inabalável mesmo diante de elementos atratores do clítico, como é a negação, por exemplo. Semelhantemente, outra pesquisa que demonstra essa mudança sintática no PB é de Pagotto (1992), que atesta um aumento na frequência de uso de próclise a verbos tanto no infinitivo e gerúndio quanto no particípio também a começar em meados do século XIX.

Concernente aos estudos sincrônicos da colocação pronominal no PB, por sua vez, Nunes (1993) aponta para a questão fonológica na alteração do movimento de cliticização, ratificando a constatação dos estudos referidos acima de que há, entre os falantes brasileiros de português de hoje, uma larga preferência pela próclise em detrimento da ênclise. Para além desse, outro estudo sincrônico de suma importância para a elucidação do fenômeno em questão é o de Monteiro (1994), analisando dados extraídos do Projeto Norma Urbana Culta (Nurc). Dos 2003 clíticos investigados nesse trabalho, 87% deles apareceram na posição pré-verbal, enquanto somente 13% ocorreram em posição enclítica. Nos poucos casos em que os clíticos na posição pós-verbal superaram as próclises, aliás, havia grande recorrência de clíticos acusativos (*-lo* e *-la*) relacionados a verbos no infinitivo, combinação que parece beneficiar o aparecimento da ênclise. Outra pesquisa que vai na mesma direção dos estudos de Nunes e Monteiro é a de Coan e Silveira (1997). A partir de dados extraídos da fala de Florianópolis e Chapecó, na região sul do Brasil, as autoras puderam perceber uma prevalência notável da próclise em detrimento da ênclise, com mais de 90% dos clíticos analisados ocorrendo antes do verbo.

Dessa maneira, ao observar os resultados dessas e de outras pesquisas — tanto diacrônicas quanto sincrônicas — sobre colocação pronominal no PB, o que pode ser percebido é um claro fenômeno de mudança sintática, e, portanto, gramatical, no interior dessa língua. Do século XIX para cá, o português falado no Brasil passou de uma língua que preza pelo uso da ênclise para uma que prioriza a ocorrência de próclise ao verbo na maioria esmagadora dos contextos. Inclusive, os casos em que há preferência pela posição pós-verbal do clítico em relação ao verbo normalmente são influenciados pela formalidade e o consequente monitoramento da produção textual, conforme Kanthack (2002): "Em relação ao posicionamento pós-verbal do clítico, vale salientar que as pesquisas indicam que ele é típico de situações de alta formalidade". Procurando fortalecer essa afirmação, citando o estudo de Pereira (1981), a autora ainda alude ao fato de que os casos de ênclise ao verbo são mais recorrentes na escrita que na fala, contexto em que há menos monitoramento da produção, no qual a comunicação segue com mais fluidez, de maneira mais orgânica.

No entanto, a despeito dos tantos dados comprobatórios dessa mudança gramatical no PB, muitas escolas, baseadas na GT, insistem em ensinar aos brasileiros as mesmas regras anteriores à transformação demonstrada neste tópico a partir dos estudos mencionados como a maneira correta de fazer uso da língua. Dessa maneira, o que fazem é ensinar uma língua como se fosse outra - uma mais próxima ao PE como se fosse PB.

Nesse sentido, Moura (2012), procurando observar como alguns autores brasileiros vinculados à GT se posicionavam em relação a esse fenômeno, constatou que, apesar de mencionarem essa realidade nos seus estudos, eles ainda reportam a ênclise ao uso natural do clítico: "[...] apontando a ênclise como regra básica, como posição normal para o uso do pronome clítico", ignorando que uma gramática coerente — como o é toda gramática natural — não pode conter duas ou mais regras excludentes entre si, o que indicaria a existência, em casos como esse, de gramáticas distintas, pertencentes a línguas diferentes (cf. ROEPER, 1999). O que este trabalho propõe, portanto, é ressaltar essa distinção entre o português ensinado na maior parte das salas de aula do Brasil e o português de fato brasileiro, descritos cientificamente como línguas distintas.

4.2 Clíticos de 2ª pessoa

Outra importante transformação sofrida pelo PB no seu sistema pronominal que mencionamos aqui diz respeito ao emprego dos clíticos de 2ª pessoa. Como já dissemos, após a entrada dos pronomes de tratamento *você* — advindo de *Vossa Mercê* — e *a gente* a partir da segunda metade do século XIX, muita coisa mudou no português falado no Brasil. No quadro dos pronomes referenciais de 2ª pessoa do singular, por exemplo, houve a inserção das formas *o/a* e *lhe* como relativas ao pronome de tratamento *você*, passando a concorrer com o tradicional clítico *te*.

No entanto, parecem existir evidências claras de que o clítico *te* permanece como a estratégia preferida para referenciar a 2ª pessoa do singular no PB. Oliveira, Lopes e Kenedy (2017), por exemplo, em seu valioso estudo acerca desse fenômeno, apresentam dados de diversos estudos que comprovam essa estabilização de *te* como clítico preferido em detrimento das formas inovadoras *o/a* e *lhe*, os quais também mencionaremos como meio para alcançar o fim de relatar a persistência da GT em ensinar uma gramática como se fosse outra.

Começando por uma perspectiva diacrônica, fazemos referência ao estudo de Souza (2014) e sua análise acerca das formas variantes de clíticos acusativos de 2ª pessoa do singular. Retirando os dados de 504 cartas pessoais escritas em um intervalo de mais ou menos cem anos, entre as décadas de 1880 e 1980, a autora percebeu uma larga preferência pelo emprego do pronome clítico *te* em função de objeto direto: pouco mais de 77% dos casos investigados. Por outro lado, as novas formas provindas da 3ª pessoa do singular, *o/a* e *lhe*, apresentaram uma recorrência consideravelmente inferior à primeira: cerca de 9% dos casos eram de *o/a* e 4% de *lhe*, além de mais de 6% para o pronome *você* como objeto direto.

De maneira parecida, Oliveira (2014) também analisa cartas pessoais datadas do mesmo período de um século, estudando, por sua vez, os clíticos de 2ª pessoa do singular na função de objeto indireto. Corroborando com o que foi atestado por Souza no seu estudo mencionado acima, essa pesquisa revelou igual predileção dos brasileiros pelo clítico *te* também como dativo: pouco mais de 57% dos 811 casos investigados em contraste com os 11,3% de *lhe* e nenhuma ocorrência de *o/a*, visto haver uma limitação desse clítico à função acusativa.

Vale a pena salientar a importância do período de tempo utilizado para a realização dessas pesquisas, uma vez que, como já dissemos, foi mais ou menos nessa época que o PB começou a sua mudança na direção apontada por todos os autores referidos nesta seção.

Passando, agora, a um olhar sincrônico dos usos dos pronomes clíticos de 2ª pessoa do singular no PB, recorreremos ao estudo de Oliveira Silva (2011), no qual a autora investigou os casos desses clíticos em 13 roteiros de cinema produzidos em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. O resultado não fugiu do esperado, tanto para acusativos quanto para dativos: na função de objeto direto, o clítico *te* foi empregado em cerca de 81% das ocorrências examinadas, enquanto como objeto indireto, representou 83% dos casos verificados. Ao todo, contando acusativos e dativos, *te* pôde ser observado como apresentando a maior recorrência nos dados averiguados, 82,3% das ocorrências, contra 4,5% para o clítico *lhe* e nenhum caso de *o/a* nessa pesquisa.

Além desses trabalhos, Oliveira, Lopes e Kenedy (2017), mediante a hipótese de que o clítico *lhe* seria mais produtivo na região nordeste do país, trazem em seu estudo duas pesquisas realizadas com a intenção de sondar essa suposição. Almeida (2009), entrevistando 36 informantes de Salvador, na Bahia, constatou, uma forte concorrência entre as formas *te* e *lhe* como referência à 2ª pessoa do singular na função de objeto direto. Enquanto o clítico *lhe* representou 37% das ocorrências verificadas, *te* representou 36%, contrariando o pressuposto de que este seria preterido em favor daquele. No entanto, sugerindo que esse resultado poderia ser diferente na análise de tais clíticos em função dativa — dado que a origem de *lhe* provém dessa função na 3ª —, a autora passou a investigar as formas pronominais em questão à luz desse novo contexto sintático, observando, entretanto, mais uma vez, uma concorrência evidente entre as formas *te* e *lhe* em vez da preferência por uma em detrimento da outra: em 57% dos casos, o clítico *lhe* foi empregado, enquanto *te* representou 43% das ocorrências.

Araújo e Carvalho (2015), por sua vez, dispuseram-se a examinar, com a mesma intenção de Almeida (2009), o conteúdo de cartas cearenses escritas em um período de aproximadamente cinquenta anos, entre as décadas de 1940 e 1990, obtendo, semelhantemente à autora, um resultado contrário à hipótese investigada por eles: 60% dos clíticos de 2ª pessoa do singular utilizados nas cartas eram representados por *te*, enquanto *lhe* contabilizava 40% deles. Desse modo, em consonância com o que Almeida constatou no seu

estudo supracitado, os resultados dessa pesquisa também apontaram para a inexistência de uma preferência pela preferência de *lhe* em detrimento de *te* no nordeste brasileiro.

Tal é a prevalência do pronome clítico *te* como referência à 2ª pessoa do singular nos mais variados contextos de uso do PB que esse fato levou alguns autores a refletirem sobre as possíveis motivações para isso. Conforme Oliveira, Lopes e Kenedy no mesmo estudo referido neste tópico, Brito (2001) aponta para a possibilidade de afixação do clítico *te*, que parece estar perdendo cada vez mais a característica de clítico, tornando-se uma maneira de realizar concordância com a 2ª pessoa do singular no PB. Hipótese essa que não nos cabe discutir neste trabalho.

O que esta pesquisa pretende ressaltar a partir desses estudos é o que também foi salientado pelos autores aqui mencionados: a gramática do PB apresenta, desde a segunda metade do século XIX, uma evidente preferência pelo pronome clítico *te* como referência à 2ª pessoa do singular, tanto em função de objeto direto quanto de objeto indireto, contrariando o que é prescrito pela GT. Sendo assim, enquanto todos os estudos reunidos neste subtópico demonstram o uso de *te* como estratégia principal de referência à pessoa com quem se fala, mesmo quando essa é *você* — forma mais produtiva na maior parte do Brasil hoje — em contraste com a baixíssima recorrência do clítico *o/a* no PB, as gramáticas normativas continuam ensinando essa forma pronominal como a estratégia correta para referir-se a *você*.

4.3 Clíticos de 3ª pessoa

No tocante ao que nos interessa neste trabalho, um fenômeno que sempre aparece relacionado aos clíticos de 3ª pessoa é o que Cyrino (2003) chama de "queda dos clíticos" na gramática do PB. Segundo a autora, apesar de ser possível afirmar que os clíticos de 1ª e de 2ª pessoas ainda persistem — muito embora o segundo modificado, como já visto nesta pesquisa —, o PB está em um claro movimento em direção à extinção dos clíticos acusativos de 3ª pessoa. Em estudo diacrônico, Cyrino (1993) analisa dados que demonstram um decréscimo na porcentagem de ocorrência desses clíticos: de 51,2% na primeira metade do século XIX para 4% na segunda metade do século XX. É importante salientar, no entanto, que a distinção feita pela autora entre clíticos acusativos e dativos de 3ª pessoa só é possível uma vez que ela ainda considera a existência do clítico *lhe* como objeto indireto de 3ª pessoa, mesmo

reconhecendo que seja mais empregado como referência à 2ª pessoa do singular que na sua função primitiva, para qual quase não mais ocorre. De modo semelhante, Kato, Cyrino e Corrêa (2009) ratificam a queda dos clíticos de 3ª no PB, observada na diminuição drástica do emprego dessas formas: de 48% na segunda metade do século XVIII para 4% em 1973.

Na contraparte sincrônica de tal fato linguístico, Kato (1993), por sua vez, argumenta em favor da ideia de que o quadro de pronomes referenciais de 3ª pessoa do PB é composto por pronomes não-clíticos — basicamente os pronomes retos em função de objeto e formas lexicais referenciais — e objetos nulos. Nesse caso, a autora desconsidera o uso dos clíticos não-nulos de 3ª pessoa como estratégia pertencente à gramática do PB sincrônico, adquirido naturalmente via assentamento de parâmetros.

Ainda discorrendo em favor do pressuposto de que os clíticos de 3ª pessoa não fazem parte da gramática nuclear do indivíduo brasileiro falante de português — a qual, como já dito neste trabalho, ele adquire de modo natural, selecionando os parâmetros que condizem com os *inputs* recebidos da realidade linguística na qual está inserido —, Kato (2017) argumenta em prol da sua teoria acerca da gramática do adulto letrado.

Partindo da constatação feita por Corrêa (1991), que afirma que os clíticos em questão neste subtópico aparecem na fala da criança somente por volta do estágio escolar que hoje é chamado de 6º ano do ensino fundamental, a autora sugere que essa estratégia de referenciação pelo emprego dos clíticos de 3ª pessoa é apreendida pelo indivíduo por instrução escolar. Fato que colabora para o benefício dessa hipótese é, ainda tomando por base o mesmo estudo de Corrêa, a constatação de que o adulto brasileiro analfabeto, em narrativas orais, apresenta percentuais de uso de estratégias referenciais muito semelhantes aos das crianças em início de escolarização: 68% de objetos nulos e 26% de pronomes retos empregados por analfabetos contra 73% de objetos nulos e 24% de pronomes retos usados por crianças nos primeiros anos da escolarização. Em ambos os casos, não há casos de clíticos.

É na escrita, no entanto, que o comportamento linguístico da criança começa a demonstrar alteração. Já nos primeiros anos escolares, ela entende que deve evitar os pronomes retos, por exemplo, que demonstram uma queda vertiginosa para cerca de 8% dos casos avaliados. Por outro lado, como não há oposição da escola quanto à ocorrência do

objeto nulo, esse permanece sendo bastante empregado pelos indivíduos que ainda não apresentam proficiência nessa nova gramática ensinada em sala de aula.

Outro argumento usado por Kato, no mesmo estudo referido acima, em benefício da sua hipótese de que os clíticos de 3ª pessoa só são adquiridos pelo brasileiro falante de português na escola, é o fato de os escolares às vezes construírem frases que não satisfazem nem a sua gramática nuclear, nem a gramática nova, aprendida na escola, como nos exemplos abaixo, retirados de Kato (2017):

1. a. Ele **a** pegou.

b. ...mas vi que ela **o** não conhecia.

Em ambos os exemplos acima, nenhuma gramática foi completamente satisfeita. Em (1a), ainda que o estudante tenha, por um lado, empregado um clítico para fazer referência à 3ª pessoa do singular, como manda a gramática escolar, por outro, ele o fez em posição proclítica, em conformidade com a sua gramática nuclear. Em (1b), algo semelhante ocorre: o aluno usa o clítico conforme a nova gramática enquanto a colocação pronominal está em conformidade com a sua gramática nuclear, com próclise à negação. Dessa maneira, nos dois casos, regras de ambas as gramáticas foram obedecidas e violadas na mesma frase, o que é um indício, para a autora, de que ainda não foi completa a etapa de aprendizagem da nova gramática via instrução.

Semelhantemente ao que acontece com a criança, o adulto letrado, representado pelo universitário brasileiro, também apresenta dados diferentes com relação ao uso das estratégias de referenciação da 3ª pessoa na fala e na escrita. Recorrendo aos dados examinados por Kato, Cyrino e Corrêa (2009), a autora argumenta que, na escrita, o universitário brasileiro mais se parece com um autor de teatro do século XVIII, enquanto na fala, mais se assemelha ao falante do século XX. É importante destacar que esse "falante do século XX" não precisa ser necessariamente letrado, isso porque, falando, o universitário brasileiro opta pelo emprego do objeto nulo quase que na mesma porcentagem de recorrência que o analfabeto brasileiro: enquanto este faz emprego do objeto nulo em 68% dos casos, no estudo de Corrêa (1991), aquele o faz em cerca de 65% das ocorrências, segundo a pesquisa supracitada de Kato, Cyrino e Corrêa.

Por fim, essa opção por uma regra e depois por outra oposta a ela, essa preferência dependendo do contexto de produção, só poderia indicar, ainda conforme Kato (2017), não a existência de uma só gramática com regras excludentes entre si — o que Roeper (1999) afirma não ser possível —, mas a alternância entre duas gramáticas: a nuclear, adquirida naturalmente pela seleção de parâmetros, o PB; e uma minigramática "alojada" na periferia marcada da Língua-I do adulto letrado brasileiro, aprendida via instrução e acionada quando da exposição do indivíduo a contextos de escrita ou de mais formalidade, a GT ensinada pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por intuito principal ressaltar a distinção entre a gramática do PB, adquirida naturalmente, e a GT, ensinada nas escolas, ambas desempenhando *status* cognitivo de línguas diferentes na mente do falante brasileiro. Para isso, reunimos diversos estudos diacrônicos e sincrônicos acerca das estratégias para a referenciação pronominal no PB, distinguindo-os das regras prescritas pelas gramáticas normativas para o uso dos clíticos, mencionando a afirmação de Roeper (1999), segundo o qual uma gramática consistente não pode conter regras contraditórias ou excludentes entre si, e lançando mão da teoria do adulto letrado, de Kato (2017).

À procura de salientar essa discriminação entre as gramáticas em questão, começamos por mencionar estudos que apontam para a característica que talvez melhor diferencie o PB do PE e do PCL, muito usados como base para as prescrições da GT: a colocação pronominal, que diz respeito à posição que o pronome clítico ocupa em relação ao verbo. Partindo de pesquisas diacrônicas no tocante a essa propriedade sintática, pudemos perceber que, até meados do século XIX, a tendência predominante no PB — agora PCL — era a mesma que a do PE atual, a saber, a colocação do clítico na posição pós-verbal, tradicionalmente conhecida como ênclise.

Porém, a partir de então, com a inserção dos pronomes de tratamento *você* e *a gente* ao paradigma pronominal do PB e a consequente alteração desse paradigma, a predominância passou a ser da colocação do clítico na posição pré-verbal. A próclise passou, então, de exceção a regra, tendo o seu uso altamente generalizado na língua, mesmo em contextos que deveriam favorecer a ocorrência de ênclise, como em frases com negação, por exemplo, tida como atratora de ênclise.

Entretanto, a despeito dos muitos dados apresentados pela literatura especializada no tocante a essa mudança ocorrida no PB, a GT, apesar de reconhecer essa tendência inovadora no PB, insiste em tratá-la como exceção à regra. Estudiosos como Cunha e Cintra (2008), por exemplo, continuam afirmando que a ênclise é a posição natural do pronome oblíquo, descrevendo — e prescrevendo — uma variedade que pouco tem a ver com a realidade da língua portuguesa falada no Brasil.

Prosseguindo para além da colocação pronominal no PB, revisamos ainda, com o mesmo intuito de reafirmar a distinção entre o PB e o português da GT, pesquisas que tratam dos pronomes clíticos como referência à 2ª pessoa do singular no PB. Vimos que a entrada de *você* no quadro pronominal do PB ocasionou o ingresso das formas clíticas *o/a* e *lhe* — advindas da 3ª pessoa — no grupo dos clíticos de 2ª pessoa do singular. No entanto, apesar do movimento migratório dessas formas inovadoras, são muitos os estudos, sincrônicos e diacrônicos, que atestam a consolidação do pronome clítico *te* como estratégia preferida para a referenciação da 2ª pessoa do singular.

Mesmo nos contextos mais variados, o uso de *te* como estratégia principal de referência à pessoa com quem se fala permanece inabalável desde meados do século XIX até hoje. Tal é generalização dessa forma pronominal como referência à 2ª pessoa do singular no PB que linguistas como Brito (2001) procuraram identificar razões para a existência de uma estabilização dessa magnitude. A conclusão do autor, então, vai na direção de uma hipótese de afixação do clítico *te*, segundo a qual, essa forma estaria perdendo as características correspondentes a um clítico à medida que assume, cada vez mais, o papel de concordar com a 2ª pessoa do singular.

Além da evidente prevalência do pronome clítico *te* ante as demais formas de referência à 2ª pessoa do singular — mesmo quando a maior parte dos falantes brasileiros de português passou a empregar o pronome *você* em lugar de *tu*, a forma *te* permaneceu como estratégia mais usada pelos indivíduos —, constatamos também, a partir dos estudos aqui reunidos, uma escassa recorrência no uso do clítico *o/a* em todos os contextos de referência à pessoa com quem se fala, apesar de a GT ainda ensinar que ele deve ser empregado quando exercer relação com *você*.

Por fim, expusemos alguns estudos acerca das estratégias de referenciação à 3ª pessoa no PB, relacionando-os ao que Cyrino (2003) denominou "queda dos clíticos", que se referiria somente aos pronomes clíticos acusativos de 3ª pessoa, *o/a*, já que os demais parecem ter sobrevivido às mudanças pronominais pelas quais o PB passou, ainda que alguns deles modificados. O clítico dativo *lhe*, por exemplo, migrou para a 2ª pessoa do singular, sendo usado tanto na função de objeto direto quanto na de objeto indireto, mas agora quase não ocorrendo mais como dativo da 3ª pessoa do singular.

Além de estudos diacrônicos que revelam essa "queda dos clíticos" acusativos de 3ª pessoa no PB, Kato (1993), em estudo sincrônico, argumenta em benefício da ideia de que o sistema de clíticos de 3ª pessoa no PB é constituído apenas de pronomes não-clíticos e objetos nulos, negando que os clíticos expressos de 3ª pessoa façam parte da gramática do PB.

Esse pressuposto, segundo Kato (2017), poderia ser comprovado a partir dos dados analisados por Corrêa (1991) e Kato, Cyrino e Corrêa (2009), segundo os quais, as formas clíticas de 3ª pessoa só se manifestam, na criança, a partir de certo grau de escolarização, enquanto, no adulto letrado, concorrem com as regras da sua gramática nuclear por pertencerem a outra gramática — uma minigramática, conforme preconiza Roeper (1999) —, "alojada" na periferia marcada da língua-I do indivíduo.

Na criança, as violações simultâneas de regras, tanto do PB quanto da GT, seriam um indício da existência de duas gramáticas diferentes, com regras distintas. Já no adulto letrado, a maior evidência para isso seria o fato de o indivíduo empregar as regras da sua gramática nuclear em momentos menos monitorados de fala, enquanto em momentos mais formais e de escrita, faz uso da minigramática aprendida na escola.

Visto que uma gramática consistente não pode conter regras contraditórias ou excludentes entre si, como já dissemos, pretendemos, à luz dos estudos dos clíticos reunidos nesta pesquisa, refletir a respeito da discriminação necessária entre a gramática do PB, adquirida de maneira natural, selecionando os parâmetros no período de aquisição da linguagem, e a gramática ensinada pela escola, aprendida por instrução, entendendo que considerá-las uma mesma gramática, uma só língua, pode ser um dos fatores dificultadores do aprendizado dessa variedade por grande parte dos estudantes brasileiros, conforme argumentado ainda na introdução deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. de S. **Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador**. 193 f. Dissertação de mestrado. – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

ARAÚJO, F. J. N. de; CARVALHO, H. M. de. TE e LHE como clíticos acusativos de 2ª pessoa em cartas pessoais cearenses. In: **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, 1 (1): 62-80, jan. | jun. 2015.

BRITO, Onilda Regina Marchioni de. **“Faça o mundo te ouvir”. A uniformidade de tratamento na história do português brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Letras, Estudos da Linguagem. Londrina: UEL. 2001.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use**. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.

COAN, M. & SILVEIRA, G. Construções com clíticos na fala de Florianópolis e Chapecó. In: **Anais do 1º encontro do CelSul**. Florianópolis, 1997, p.577-585.

CORRÊA, V. **O Objeto Direto Nulo no Português do Brasil**. Dissertação de Mestrado. 1991. Universidade Estadual de Campinas.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindle. **Nova Gramática do Português Contemporâneo - 5ª Ed.** - De acordo com a Nova Ortografia. Editora: Lexikon, 2008.

CYRINO, S. **O objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica?**. Universidade Estadual de Campinas, 1990.

CYRINO, S. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: Objeto nulo e clíticos. In ROBERTS, I. e KATO, M. A. (org). **Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993, 163- 184.

KANTHACK, G. S. **Clíticos no português brasileiro**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2002.

KATO, Mary. The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. In: ASHBY, M. MITHUN, G. PERISSINOTO e RAPOSO, E. (eds.). **Linguistic Perspective on Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages**. Amsterdam, Jonh Benjamins, 1993, p.225-235.

KATO, Mary. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A. et al. (Orgs.). **Ciências da linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM, 2005.

KATO, Mary. A gramática nuclear e a língua-I do brasileiro. *In*: MARTINS, M. A. **Para o ensino da gramática**. [S. l.]: Editora UFRN, 2013. p. 141-158.

KATO, Mary. A variação no domínio dos clíticos no português brasileiro. **Linguística**, [s. l.], v. 33-1, p. 135-149, junho 2017. DOI 10.5935/2079-312X.20170009. Disponível em: https://www.mundoalfal.org/es/pt_IndiceLinguistica033-1. Acesso em: 14 abr. 2021.

KATO, M. A., CYRINO, S. e CORRÊA, V. Brazilian Portuguese and the recovery of lost clitics through schooling. In: PIRES, A. e ROTHMAN, J. (eds.). **Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition**. Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 2009, p.245-272.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 127-140. ISBN 978-85-7244-386-9.

KENEDY, Eduardo. O problema do Analfabetismo Funcional no Brasil sob uma análise psicolinguística. *In*: MAIA, Marcus (org.). **Psicolinguística e Educação**. 1ª. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2018. cap. 3, p. 81-102. ISBN 978-85-7591-520-2.

MONTEIRO, J. L. **Pronomes pessoais**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

NUNES, J. Direção de clitização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em Português Brasileiro. In: ROBERTS, I. KATO, M. A. (orgs). **Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993, p.207-222.

OLIVEIRA SILVA, Daniele de. **A expressão pronominal do acusativo e do dativo na segunda pessoa no português brasileiro: análise de roteiros cinematográficos**. Dissertação de Mestrado em Linguística Românica. Universität Tübingen, 2011.

OLIVEIRA, T. L. de. **Entre o Linguístico e o Social: Complementos Dativos de 2ª pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980)**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras/UFRJ, 2014.

PAGOTTO, E. **A Posição dos Clíticos em Português: Um Estudo Diacrônico**. Dissertação de Mestrado. 1992. Universidade Estadual de Campinas.

PIRES, Lilian Coelho. **Aquisição da escrita-padrão do português brasileiro em esfera escolar**: um estudo transversal. Orientador: Prof^a Dr^a Heloisa M^a M. Lima-Salles. 2015. 256 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

ROEPER, T. Universal bilingualism. In: **Bilingualism, Language and Cognition** (2), p. 169–186. 1999.

ROEPER, T. **Multiple grammars and the logic of learnability in second language acquisition**. *Frontiers in Psychology*, 7-14. 2016.

SILVEIRA, G. **O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1997.

SOUZA, C. D. de. **Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você: a variação das formas de acusativo de 2^a pessoa em cartas pessoais (1880-1980)**. Dissertação (Letras (Letras Vernáculas) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Moíra do Nascimento. **Múltiplas gramáticas: um estudo sobre a diglossia entre a variedade da escrita culta e os vernáculos do português brasileiro**. Orientador: Eduardo Kenedy. 2019. 117 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019.